

A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E CHINA PÓS- OMC: ANTECEDENTES E EVOLUÇÃO HISTÓRICA

DÊNIS MATEUS DE PAIVA¹

RESUMO

Caminhos tortuosos antecederam os processos de desenvolvimento brasileiro e chinês, antes que estes pudessem atualmente ocupar posição de referência e destaque mundial. O Brasil inserido no contexto sul-americano enfrentou um mal sucedido processo de desenvolvimento industrial pautado na substituição das importações, além de sucessivas buscas por integração e instabilidade, cenário só modificado a partir da década de 90, com a guinada neoliberal tomada pela economia. Já pelo lado chinês, após décadas mantendo-se afastada do topo do cenário mundial devido principalmente a um longo período de “tratados injustos e humilhações”, isolamento global e brigas entre dinastias, pode-se observar um período de grande crescimento após a abertura econômica e comercial fortalecida pela adesão a Organização Mundial do Comércio (OMC). A China passou a ser o maior parceiro comercial brasileiro, ultrapassando rapidamente países como os Estados Unidos ou os membros do MERCOSUL.

Palavras Chave: Brasil. China. Comércio. Investimento.

¹Mestre em Economia (UFBA). Docente no Instituto de Educação Superior de Pouso Alegre e analista de inteligência educacional na Excelsior Educação Corporativa. E-mail: denispaiva86@gmail.com.

THE EVOLUTION OF BILATERAL RELATIONS BETWEEN BRAZIL AND CHINA POST-WTO: BACKGROUND AND HISTORICAL EVOLUTION.

ABSTRACT

Tortuous paths leading development processes Brazil and China, before they could currently occupy reference position and the world spotlight. The inserted Brazil in the South American context faced an unsuccessful industrial development process grounded in import substitution, and subsequent searches for integration and instability scenario only modified from the 90s, with the neo-liberal turn taken by the economy. Already by the Chinese side, after decades keeping away from the top of the world scene mainly due to a long period of "unequal treaties and humiliation," global isolation and fights between dynasties, one can observe a period of great economic growth after opening and commercial strengthened by joining the World Trade Organization (WTO). China has become the largest trading partner of Brazil, quickly overtaking countries like the United States or members of MERCOSUR.

Keywords: Brazil. China. Trade. Investment.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o cenário comércio global passou por grandes alterações, estas vieram devido principalmente ao surgimento de novos “*players*” no mercado. O presente artigo tem por objetivo analisar a evolução do comércio entre Brasil e China, levando em conta principalmente o período posterior a entrada deste segundo na Organização Mundial de Comércio (OMC). A constante procura por novos parceiros comerciais, bem como investimentos estrangeiros em solo brasileiro, fez com que o país direcionasse esforços para encontrar novos aliados. Tal fato, motivou a realização desta pesquisa, uma vez que a China, rapidamente após a aceleração de seu processo de abertura comercial tornou-se não somente um grande parceiro brasileiro, mas o maior comprador e vendedor de produtos para o país.

Para tanto inicia-se fazendo uma análise do Processo de Substituição de Importações (PSI) pelo qual passou o Brasil, bem como toda América Latina. Este consistiu numa proposta para desenvolver a economia latino americana, reduzindo as disparidades frente as economias centrais. Além da frustrada tentativa de emplacar o PSI a Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina e Caribe (CEPAL) defendeu o processo de integração econômica regional como uma forma de fortalecer as economias locais frente às demais.

Tendo demonstrado o caminho percorrido não somente pelo Brasil, mas por todos os países latinos, apresenta-se o maior parceiro econômico brasileiro da atualidade: a China, ou, como se autodenominam o Império do Meio. A China passou por um grande processo de desenvolvimento que passa por revoluções, conflitos internos, grandes aberturas comerciais, num processo que pouco se assemelha a caminhada adotada pelo Brasil, mas que trouxe grande sucesso em termos de desenvolvimento econômico.

O presente trabalho foi desenvolvido fazendo uso da ferramenta instrumental teórica, onde foi feita uma revisão bibliográfica dos principais pesquisadores da atualidade no que diz respeito ao estudo das relações de Brasil e China. Posteriormente foi feita uma análise de dados referentes ao comércio entre Brasil e China durante o período que sucedeu a entrada da China na Organização Mundial

de Comércio (OMC), informações estas amplamente disponibilizadas por órgãos de pesquisa nacionais e internacionais, tais como: Banco Mundial, CEPAL, dentre outros.

1. CONDUÇÃO POLÍTICA SUL-AMERICANA E O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

O começo do século XX marca um período em que o Brasil e a América Latina como um todo buscam reduzir as disparidades encontradas frente às economias centrais. Coube a Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina e Caribe (CEPAL) a missão de elaborar um plano que pudesse reduzir essa distância econômica e social entre os dois eixos, denominados então de: países centrais e países periféricos.

A CEPAL surge em um panorama de fragilização do sistema financeiro internacional, do multilateralismo e do comércio internacional, além do aniquilamento da capacidade produtiva europeia e japonesa durante a Segunda Grande Guerra. O modelo adotado até então não atendia as necessidades dos países periféricos, questões visíveis que colocavam um abismo entre os países denominados periféricos e centrais. Uma grande precariedade das instituições financeiras e de infraestrutura, grande parcela da população vivendo no meio rural e alta fragilidade dos sistemas educacional e de saúde, por parte dos países periféricos, constituíram os fatores que os colocavam impossibilitados de concorrer, de forma adequada com os países denominados centrais.

Basicamente a CEPAL buscou refletir o entendimento das ideias propostas por movimento que acabou sendo denominado “teoria do subdesenvolvimento”, que teria como ponto de partida: o meio de difusão do avanço técnico, a partir da Revolução Industrial, que foi um processo desigual de desenvolvimento. Explicitando diferenças estruturais entre os países periféricos e os países centrais que levariam ao surgimento da expressão centro-periferia.

O Brasil bem como as nações latino-americanas, por seu próprio legado colonial e pela forma como se enquadram no contexto de divisão internacional do trabalho, depois dos movimentos de independência, podiam ser definidas como

exportadoras de matérias primas ou de gêneros alimentícios, produtos estes que faziam com que o modelo econômico fosse denominado “modelo primário-exportador”. O caso brasileiro era um pouco diferente dos vizinhos da América do Sul, podia-se observar na economia brasileira certos traços, mesmo que tímidos, de desenvolvimento industrial, o que ainda implicava que houvesse relação de dependência juntamente aos países do centro e tornava esta economia vulnerável a abalos externos, fato ocorrido na grande crise de 29 e nas grandes guerras mundiais.

Terminado este período de crise e conflitos a América Latina se viu tomada por uma nova ideologia, industrializante, que pregava o aceleração da atividade industrial e do processo de urbanização. Tal processo propiciou um novo entendimento de que havia grande diferenciação entre os modelos econômicos de países centrais e de países periféricos, em que passou a se ter a crença de que somente com a industrialização seria possível proporcionar aos países periféricos uma chance de atingir níveis de desenvolvimento semelhantes ao dos países centrais, conforme descrito por Ocampo (1998).

Parte daí a ideia de que esse processo de superação se daria através de um Processo de Substituição de Importações (PSI), onde esperava-se que os países latino americanos pudessem buscar o equilíbrio frente aos países centrais. As ideias propostas pela CEPAL vinham como uma forma de criticar o modelo clássico internacional de comércio, propondo uma nova ordem, onde todos os agentes envolvidos se beneficiariam das trocas igualmente, ocupando um espaço que existia entre a história social e econômica em vigência. Tavares (1982) definiu o PSI da seguinte maneira:

Em suma, o ‘processo de substituição de importações’ pode ser entendido como um processo de desenvolvimento ‘parcial’ e ‘fechado’ que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos. (Tavares, 1982).

Esperava-se que através da Substituição das Importações a economia latino americana pudesse se inserir de fato no cenário econômico internacional questionando a lei das vantagens comparativas. Considerando-se dois produtos e dois países, essa teoria defendia que a troca seria vantajosa para ambos, desde que

cada um deles se especializasse na produção do bem que produzia melhor. Para que este processo caminhasse de forma mais eficiente, a CEPAL defendia um papel preponderante do Estado na economia, este deveria assumir a função de agente dominante e ditar os rumos da industrialização.

A partir da segunda metade da década de 50, a CEPAL começou a levantar a proposta de integração regional como forma de avançar em suas propostas iniciais, praticados até então. Tal proposição surgiu devido a constatação de que a substituição de importações não estava sendo realizada como se esperava, apontando um crescimento mais lento para os países da América Latina, o que trazia poucos benefícios para a maior parte da população, que por sua vez mantinha-se excluída das atividades econômicas. Na verdade, a região não tinha ainda alcançado taxas elevadas de crescimento, que se faziam necessárias ao bom emprego dos recursos humanos e naturais disponíveis, isso fazia com que, segundo a formulação teórica da instituição, não existisse um aumento sustentado da produtividade, em ponto que as disparidades salariais nas distintas esferas sociais permaneciam exacerbadas. Entendia-se, desta forma, que as grandes diferenças existentes entre os centros industriais e a periferia permaneciam e exercia grande influência de forma contraproducente aos países periféricos.

A CEPAL advogava que a industrialização substitutiva fosse a base das exportações industriais para os grandes centros consumidores, era de suma importância que fossem aplicados dois tipos de políticas: uma de integração regional progressiva e outra de incentivos (Gurrieri, 1982).

A ideia da criação de um mercado comum ganhou força dentro da CEPAL, este proporcionaria uma opção de ampliar as exportações industriais para países que não faziam parte das parcerias comerciais habituais, em determinados setores da produção destas nações e, de procurar neles produtos não existentes no mercado interno. Mesmo que o processo de industrialização se desse de forma lenta e gradual, era necessário que se investisse em seu fortalecimento, pois, caso este não viesse a ocorrer não haveria sentido em promover a integração visando um mercado comum.

As diferenças internas de cada país deveriam ser levadas em conta na hora de levantar a discussão de criação de um mercado comum, de modo que a principal

fonte que alimentaria o crescimento dentro dos países do bloco seria exatamente o aumento recíproco das exportações industriais entre os membros (Prebisch, 1968).

Tomando um ponto de visão crítico sobre a industrialização ocorrida durante a década de 60, a CEPAL pode constatar que os esforços realizados no sentido de aumentar a capacidade produtiva bem como o desenvolvimento industrial e tecnológico não foram exitosos, fenômeno este que poderia se explicar pela forma como fora direcionada a industrialização substitutiva das importações. Neste ponto foi reconhecido que os custos da substituição das importações estavam sendo muito elevados, e que era preciso desenvolver um novo modelo que buscasse alternativas ao subdesenvolvimento latino-americano. Verificou-se, também, que este tipo de industrialização beneficiou o surgimento de investimentos estrangeiros via empresas multinacionais. O desenvolvimento industrial proposto pela CEPAL era baseado, principalmente, no desenvolvimento das indústrias nacionais e dos produtos básicos de cada país, sendo que haveria restrições às importações de bens duráveis de consumo final. Mesmo com estas premissas voltadas a favorecer a indústria nacional, as empresas internacionais ampliaram os investimentos diretos no período (Bielschowsky, 2000). Assim sendo, a forma como vinha sendo conduzido o processo de integração veio a facilitar uma maior internacionalização de capital, que promoveu maior ingresso de empresas ao mercado, como estratégia de “burlar o protecionismo”.

Na década de 70, o cenário aponta para uma maior dificuldade de adotar o modelo de substituição de importações e uma perda de espaço político por parte da CEPAL, justificado pela crescente queda do coeficiente da relação capital/trabalho. Esta estagnação do desenvolvimento latino-americano deve-se também ao fato da pouca dinamicidade da industrialização nestes países, durante a virada da década de 60 para a de 70. A solução apontada pela CEPAL era de que o modelo de substituição, que deveria a ser adotado dali em diante deveria levar em consideração os diferentes níveis de desenvolvimento alcançados pelos países da região.

Um fator que se coloca em destaque ao longo da década de 80 é a perda de espaço do pensamento desenvolvimentista, que defendia um processo de industrialização com participação ativa do Estado. Essa perda ocorreu

principalmente devido à crise da dívida externa que impossibilitou que o Estado fosse capaz de liderar o movimento de industrialização e o processo de crescimento, como ocorria desde o pós-guerra, fazendo com que as políticas de desenvolvimento que vinham sendo adotadas até então cedessem espaço para as políticas de estabilização. Não obstante, a abertura dos mercados e a recorrente internacionalização dessas economias faziam com que o estruturalismo perdesse ainda mais ímpeto, provocando descrença nas elites e levando com que a economia se voltasse para um modelo de cunho liberal, principalmente na década seguinte, num contexto de mundialização financeira.

Com um cenário de mudança de condução da política nos países centrais, aliado ao avanço do modelo neoliberal de condução política, o que se viu foi um grande endividamento por parte dos países latino americanos, numa forma de sustentar uma estratégia de desenvolvimento que havia se desgastado e perdido funcionalidade já na década de 60 (Bresser-Pereira, 1991).

Com a crise do petróleo na década de 70, os governos latino-americanos já não podiam mais fazer grandes investimentos direcionados ao crescimento visto que passaram a contracenar com um cenário de grandes déficits públicos, balanças comerciais deficitárias e inflação, fatores estes que fortaleceram o ideário neoliberal na América Latina. Assim, passa-se a propor que o governo reduzisse seu papel na economia e passasse somente a preservar a ordem política e econômica, deixando um maior espaço para atuação das empresas privadas (Moraes, 1995).

O processo de endividamento que fez-se necessário para manter o financiamento do crescimento aliado ao período político conturbado vivido pelos países da região, fez com que o processo de integração defendido pela CEPAL fosse protelado a cada dia. Já nesta época, esta última viu sua influência reduzir consideravelmente na região, tal perda de espaço poderia ser atribuída ao fortalecimento da chamada tecnocracia estatal, ao aparecimento de centros acadêmicos de excelência no estudo da economia na região, a expansão das ditaduras militares no continente sul americano e principalmente a situação instável do cenário macroeconômico.

Com a redemocratização na maioria destes países o que se viu foi uma guinada econômica que visava amortizar os empréstimos contraídos nos períodos

anteriores. Segundo Milani (2003) uma das alternativas para sanar a dívida seria por meio da adoção de um processo de recessão de longo alcance nos países latino-americanos. Pode-se observar uma mudança de postura do capital-dinheiro que passou a privilegiar investimentos financeiros especulativos de curto-prazo ao invés de empréstimos externos, como acontecia no período anterior. Neste período ocorre um aumento da influência de instituições e agências representativas do grande capital, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial que orientaram um grande processo de reformas que pregavam a abertura dos países periféricos, este período teve seu ápice no “Consenso de Washington” onde as instituições acima mencionadas juntamente ao Departamento de Tesouro dos Estados Unidos passaram a induzir os países em desenvolvimento a conduzir políticas de “ajuste macroeconômico”, ficando acertado ainda que as medidas tomadas no Consenso de Washington seriam adotadas como imposições na negociação das dívidas externas dos países latino-americanos. Deste modo, o fluxo de capitais passa a ter uma maior volatilidade, deixando os países recebedores de tais recursos cada vez mais vulneráveis, novamente é enfatizado o papel da dívida como elemento estrutural decisivo.

A partir da década de 90 a análise sobre a problemática da integração muda seu formato original. O contexto mundial encontrava-se completamente outro, com os países em desenvolvimento e a América Latina ingressando na era da globalização, que ganhava ímpeto e vinha crescendo de forma acelerada. Neste ano surge o texto proposta, “Transformação Produtiva com Equidade” escrito por Fajnzylber (1990), que visava encontrar formas de solucionar o problema do desenvolvimento na América Latina se embasando em avanços registrados em outras localidades onde também se encontravam dificuldades estruturais e conjunturais, algumas das quais guardam semelhanças com os mesmos obstáculos que hoje afetam o desenvolvimento da maioria dos países da região.

Neste mesmo período, passada a fase conturbada da década anterior, a discussão em torno da integração volta a ganhar força entre os países da região, de modo que o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) começa finalmente a operar e promover a integração entre os países da América do Sul, contemplando mesmo que parcialmente parte do que a CEPAL defendeu no decorrer dos anos. Para o

Brasil esta década apresentou grandes mudanças no cenário interno, a partir da metade dos anos 90 o controle inflacionário começou a obter maior êxito e as políticas neoliberais implementadas inicialmente em períodos anteriores começaram a finalmente sinalizar alguma resposta para a economia local.

Ainda no que diz respeito ao Brasil, o MERCOSUL viria a representar um dos grandes parceiros comerciais do país, ao lado dos Estados Unidos e da China, estes últimos agentes fundamentais para o bom andamento do comércio local e também global. A China objeto principal de abordagem neste trabalho apresentou uma variação superior a 1780% no período que compreende os anos de 2002 a 2011, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Para melhor compreender o porquê de tamanha evolução de relação bilateral entre esses países é necessário observar, da mesma forma que aqui, o processo de evolução enfrentado pela economia chinesa.

2. PERÍODO DE TRANSFORMAÇÃO CHINESA E EVOLUÇÃO ECONÔMICA

A China alterna bons e maus momentos no decorrer de sua história milenar. Para obter uma maior compreensão de como o país está hoje, novamente, entre as maiores potências mundiais é importante considerar alguns pontos. Autodenominada “Império do Meio”, em orgulho aos valores da sociedade, a lembrança da tradição secular de seu Estado e dos administradores mandarins, e também devido à referência feita a si mesmos como o centro do mundo civilizado, rejeitando a “inovação” trazida pelo ocidente, a China ocupava uma posição de destaque entre as maiores economias globais no século XIX, possuindo um alto PIB e PIB per capita, situação esta demonstrada na tabela abaixo:

Tabela 1 - Posição Geopolítica da China

Posição Geopolítica da China (1820 - 2003)						
	1820	1890	1913	1952	1978	2003
Parcela do PIB Mundial	32.9	13.2	8.8	4.6	4.9	15.1
Parcela da População Mundial	36.6	26.2	24.4	22.5	22.3	20.5
(%) PIB per capita em relação à média mundial	90.0	50.3	41.7	23.8	22.1	73.7
Ranking do PIB	1	2	3	3	4	2
Porcentagem das exportações mundiais	n.a	1.7	1.6	1.0	0.8	5.9

Fonte: OCDE, 2007.

Na mesma tabela, observa-se, porém que em dado momento da história a situação da economia chinesa começa a mudar, apresentando certo retrocesso com o recuo dos indicadores. Isto se deve principalmente as ocupações sofridas durante um século por potências estrangeiras, onde foram impostos aos chineses tratados desfavoráveis, período denominado como “um século de humilhações e tratados injustos” pelos mesmos. Neste período foi imposta aos chineses a cessão do território de Hong Kong aos britânicos, bem como a legalização do comércio do ópio e a autorização de propaganda religiosa de cunho cristã em todo o país. Paralelamente a estes fatores a dinastia Qing, que liderava a China caminhava para o fim de seus dias no poder.

O país, durante este século de tratados injustos, se deparou com sucessivas disputas estrangeiras pelo domínio de seu território, como segue:

A partilha da China era o objeto das negociações e disputas das grandes potências ocidentais e do Japão, sobretudo entre 1870 e 1905. A sequência era a mesma: guerra, derrota, tratado. O território chinês foi invadido por ingleses, franceses, russos, alemães e japoneses. Esse processo foi aprofundado no século XX, com a derrota da revolta dos boxers e o colapso do Império. A China, depois de 1842, foi submetida a um século de tratados injustos. Prevalciam os direitos extraterritoriais dos estrangeiros, a sua participação ou domínio completo na administração das principais áreas portuárias e na arrecadação de alguns impostos (Souza, 2007).

Após décadas de conflitos internos, ora com potências estrangeiras, outrora entre os próprios chineses em seguidas guerras civis, Mao Zedong (ou Mao Tse-Tung) chega a liderança do Partido Comunista, depois de sucessivos feitos alcançados em sua marcha rumo a revolução. Aos poucos essa nova liderança foi se consolidando e ganhando força política e prestígio nos territórios da China. E, em meio ao ressentimento dos chineses pelo período de ocupação estrangeira, estes à

luz da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), presenciaram uma improvável aliança entre os revolucionários comunistas e o governo nacionalista contra os invasores japoneses, que haviam ocupado a Manchúria. Esta aliança serviria para, mais uma vez, colocar os revolucionários em posição de destaque ante os olhos dos chineses.

Ao término do conflito com os invasores, com sucesso chinês, teve início nova guerra civil, onde dessa vez os revolucionários comunistas liderados por Mao obtiveram êxito, levando as lideranças do governo de Chiang Kai-chek a se refugiar na ilha de Taiwan, fundando uma nova república nacionalista, esta que atualmente é reconhecida como província rebelde pelos chineses.

O período que sucedeu ao novo governo que se iniciava apresentou um cenário amplamente desfavorável, que viria a impor grandes desafios ao Partido Comunista Chinês (PCCh) liderado por Mao Zedong na recém-proclamada República Popular da China. Sem o apoio esperado por parte da União Soviética (URSS) a China se deparava com um panorama nada animador, como segue:

O quadro geral e imediato era desolador. A China estava quase destruída, depois da guerra, no início do novo governo. Em grande proporção, havia ferrovias paralisadas, indústrias fechadas, economia com desabastecimento e insuportável desemprego. Fábricas, bancos, comércio atacadista, firmas de comércio exterior tinham estado, em grande medida, em mãos do capital externo e, com a vitória da revolução, os estrangeiros tinham transferido bens e empresas para Taiwan. A sétima esquadra norte-americana postava-se diante da costa chinesa ameaçadoramente. O isolamento internacional era demonstrado pelo não reconhecimento do novo Estado por parte das potências ocidentais e da ONU. Houve ainda os sacrifícios imensos impostos pela participação chinesa na Guerra da Coréia. As privações materiais das grandes massas da população eram terríveis. Em média, o consumo per capita dos chineses revelava, conforme dados de 1952, uma pobreza atroz: por exemplo, consumo diário de meio quilo de arroz ou grãos e aquisição de um par de sapatos a cada cinco anos (Souza 2007).

Buscando um modelo de democracia de massas, Mao procurou a superação de todos os problemas se baseando num formato de governo semelhante ao modelo adotado na URSS. Inicialmente num período que durou de 1949 a 1958 o processo de reconstrução da economia chinesa teve como pontos de destaque a “planificação central e ênfase na indústria pesada, que se destaca pela coletivização das atividades produtivas, pela disseminação de indústrias pelo país, inclusive na zona

rural, e por uma mal sucedida reforma agrária” (Moraes, 2004). Porém, em contramão a URSS e a outros governos adeptos do socialismo real, os revolucionários chineses apresentavam maior preparação para assumir o governo, fruto dos anos de guerra civil frente o exército nacionalista.

Ainda assim, o governo apresentava sinais de desgaste político, também em virtude da batalha ideológica que se renovava e da crise de abastecimento ocorrida ao fim da década de 50. Toda atmosfera começou a apresentar sinais de mudança após a Revolução Cultural e intervenção do exército.

3. PROCESSO DE ABERTURA ECONÔMICA CHINESA

A era Mao trouxe avanços significativos ao país em diversos setores, tais como: educação e cultura, infraestrutura física e social, desenvolvimento agrícola e industrial, possibilitando que a China caminhasse para a próxima etapa, a de abertura econômica, deixando de lado a condição de país semifeudal, passando a experimentar amplo processo de modernização, chegando à condição de potência industrial sem qualquer forma de ajuda internacional (Moraes, 2004).

A partir dos anos 70 teve início a política de abertura externa, que visava modernizar a economia chinesa e superar anos de isolamento mundial iniciados após o princípio da era Mao. Nesta mesma década a China passa a fazer parte da Organização das Nações Unidas (ONU), assina acordo de paz com o Japão e reata relações diplomáticas com o mundo ocidental, dentre os quais os Estados Unidos e o Brasil. O processo de abertura e a liberalização econômica, conduzidos por Deng Xiaoping, possibilitaram grande melhoria à economia local, com significativo avanço das exportações, crescimento dos investimentos externos no país e modernização interna. Esta última abrangendo o setor agrícola, a indústria, defesa nacional e tecnologia.

Os anos que sucederam a década de 80 representaram grandes avanços à economia chinesa, com forte crescimento do PIB, um milagre econômico que começou no princípio da década de 80 e persiste até os dias atuais; grande inserção econômica internacional, com a China passando a ocupar papel de destaque;

reformas políticas, visando implementação de uma economia de mercado, fato que ainda atualmente é buscado reconhecimento.

A China aumentou significativamente sua importância para o cenário global nas décadas que sucederam a abertura comercial, um exemplo desta nova influência exercida pode ser expresso pela contribuição ao crescimento do PIB global no período de 1981 até 2010, evidenciado na tabela abaixo:

Tabela 2 - Contribuição ao Produto Interno Bruto Global

Contribuição ao Crescimento do PIB Global - em dólares correntes - 1981-2010 (Em %)			
Região/País	1981-1990	1991-2000	2001-2010
Países Desenvolvidos	82.8	80.3	52.0
Alemanha	6.3	3.6	4.7
EUA	26.3	41.5	15.7
Japão	17.2	16.4	2.4
União Européia	29.6	14.6	25.5
Países em Desenvolvimento	17.2	19.7	48.0
África Subsaariana	0.2	0.3	2.4
AL e Caribe	3.0	9.0	8.8
Ásia	4.0	12.1	22.8
China	1.6	8.1	15.2
EUA + China	27.9	49.5	30.9
Países em Desenvolvimento exceto China	15.6	11.6	32.7

Fonte: Elaboração Própria a partir de International Monetary Fund (FMI).

A evolução chinesa torna-se evidente quando se observa o gráfico acima, em pouco mais de três décadas o que se viu foi um grande avanço da economia chinesa, demonstrando que as decisões políticas tomadas àquela época surtiram um efeito positivo. O desempenho da economia chinesa tem superado todas as expectativas, colocando o país dentre as principais economias mundiais. As altas taxas de crescimento, o mercado interno gigante, mudanças relevantes no padrão de consumo das famílias chinesas, dentre outros fatores tem chamado atenção de diversas nações e empresas ao redor do mundo. O panorama favorável tem levado os mais distintos agentes econômicos a negociar acordos comerciais com a China, visando os benefícios que poderiam ser obtidos através desta nova configuração. O Brasil está dentre esses, e vem buscando a cada dia ampliar as relações bilaterais para com a economia chinesa. Tamanho é o otimismo com relação à economia

chinesa que analistas do International Monetary Fund (FMI) apontam como provável data para que a economia chinesa reocupe o posto de maior do mundo o ano de 2018.

4. EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E CHINA

Conforme já citado, ao longo das últimas décadas têm-se observado uma substancial alteração no cenário geopolítico internacional com o aparecimento de novos e importantes “*players*” no jogo do comércio global. Com o redesenho geopolítico mundial, Jim O’ Neill, do grupo financeiro Goldman Sachs, cria a sigla BRIC (Brasil Rússia, Índia e China), em um estudo intitulado “*Building Better Global Economic BRICs*” para designar as quatro principais economias emergentes do planeta (considerado uma instituição não oficial). No ano de 2011, a sigla incorpora o ‘S’ passando a ser chamada então de BRICS, dada a adesão da África do Sul. Todos os membros dos BRICS são considerados economias emergentes. Destacam-se por seu desenvolvimento econômico acelerado mesmo frente à crise econômica em curso desde o ano de 2008.

Brasil e China são dois desses países que emergiram como novas economias potenciais para receber investimentos estrangeiros e também para ocupar posições de relevância no cenário mundial. Um longo caminho foi percorrido para que esse cenário se delineasse. Traçando trajetórias distintas de desenvolvimento e consolidação de suas indústrias de base e comércio, Brasil e China hoje ocupam posições de destaque em suas regiões e no mundo, com ambos se tornando atores fundamentais tanto para o cenário local quanto o global, cada um com graus específicos de atuação e representatividade.

A primeira referência de uma relação político-comercial entre chineses e brasileiros dada do começo do século XIX, época em que o Imperador brasileiro ‘importou’ mão de obra chinesa para atuar junto a uma plantação no Estado do Rio de Janeiro. Não havia um maior aprofundamento das relações entre os dois países, que aconteciam de forma esporádica, até o ano de 1949, quando houve a troca de governo na China, e seguindo boa parte dos países ocidentais o governo brasileiro

rompeu relações diplomáticas com aquele país. O reinício das relações bilaterais se deu no ano de 1974, em meio a abertura comercial chinesa.

Após a entrada da China na Organização Mundial de Comércio (OMC), em 2001, iniciou-se um processo de redução de impostos sobre operações de exportação, fato este que aconteceu em paralelo a estratégia adotada pelo governo brasileiro de dar prioridade as relações comerciais juntamente a mercados até então não tradicionais. Desde a entrada da China à OMC as relações sino-brasileiras avançaram e o país oriental passou a ser o maior parceiro comercial brasileiro na Ásia.

É notório o avanço das relações econômicas entre Brasil e China, somente no período que compreende o princípio de 2003 até o ano de 2011 empresas chinesas anunciaram investimentos da ordem de US\$ 37.1 bilhões no Brasil, perfazendo 86 novas operações em novos negócios ou fusões e aquisições (MDIC, 2011). Tal avanço também fica evidenciado quando se observa a evolução das exportações e importações entre Brasil e China no período que sucede a entrada dos chineses na OMC, como segue:

Tabela 3 - Intercâmbio Comercial Brasil e China

Ano	Exportação	Variã o (%) em	Part. (%) sobre	Importação	Variã o (%) em	Part. (%) sobre
	US\$ F.O.B.	relaçã o ao ano anterior	o total brasileiro	US\$ F.O.B.	relaçã o ao ano anterior	o total brasileiro
2001	1.902.122.203	75,26	3,26	1.328.389.311	8,70	2,39
2002	2.520.978.671	32,54	4,17	1.553.993.640	16,98	3,29
2003	4.533.363.162	79,83	6,19	2.147.801.000	38,21	4,44
2004	5.441.405.712	20,03	5,63	3.710.477.153	72,76	5,91
2005	6.834.996.980	25,61	5,77	5.354.519.361	44,31	7,28
2006	8.402.368.827	22,93	6,10	7.990.448.434	49,23	8,75
2007	10.748.813.792	27,93	6,69	12.621.273.347	57,95	10,46
2008	16.522.652.160	53,72	8,35	20.044.460.592	58,81	11,59
2009	21.003.886.286	27,12	13,73	15.911.133.748	-20,62	12,46
2010	30.785.906.442	46,57	15,25	25.595.419.005	60,86	14,08
2011	44.314.595.336	43,94	17,31	32.790.634.943	28,11	14,49
2012	41.227.540.253	-6,97	17,00	34.250.500.316	4,45	15,35

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2013)

A participação das exportações e também das importações teve considerável aumento se comparado o período inicial partindo do ano de 2001 e chegando mais recentemente no ano de 2012. Quando analisado o Saldo destas transações pode-se perceber que o Brasil leva ligeira vantagem sobre a China tendo obtido saldo positivo ano após ano.

Tabela 4 - Saldo de Transações entre Brasil-China

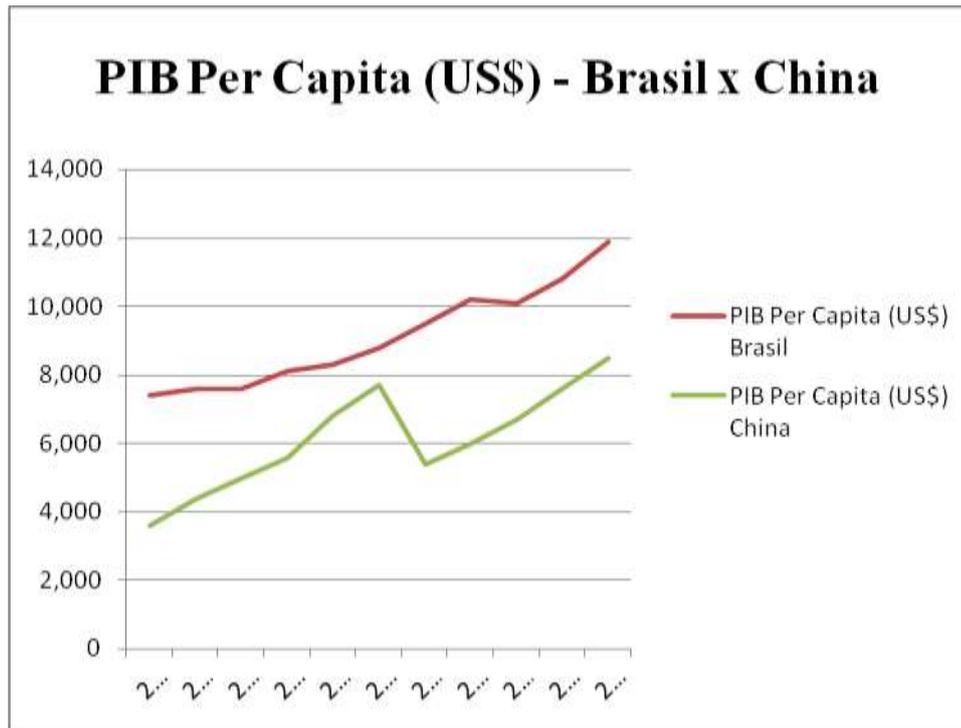
Ano	Exportação	Importação	Saldo	Corrente Comércio
	US\$ F.O.B.	US\$ F.O.B.	(Exp - Imp)	(Exp + Imp)
2001	1.902.122.203	1.328.389.311	573.732.892	3.230.511.514
2002	2.520.978.671	1.553.993.640	966.985.031	4.074.972.311
2003	4.533.363.162	2.147.801.000	2.385.562.162	6.681.164.162
2004	5.441.405.712	3.710.477.153	1.730.928.559	9.151.882.865
2005	6.834.996.980	5.354.519.361	1.480.477.619	12.189.516.341
2006	8.402.368.827	7.990.448.434	411.920.393	16.392.817.261
2007	10.748.813.792	12.621.273.347	-1.872.459.555	23.370.087.139
2008	16.522.652.160	20.044.460.592	-3.521.808.432	36.567.112.752
2009	21.003.886.286	15.911.133.748	5.092.752.538	36.915.020.034
2010	30.785.906.442	25.595.419.005	5.190.487.437	56.381.325.447
2011	44.314.595.336	32.790.634.943	11.523.960.393	77.105.230.279
2012	41.227.540.253	34.250.500.316	6.977.039.937	75.478.040.569

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2013).

A tabela acima demonstra a tônica de uma dinâmica muito mais forte das relações comerciais entre Brasil e China que nos períodos anteriores, fruto da já citada busca por priorização brasileira de novos mercados e do forte crescimento do PIB chinês. Somente no período apresentado na tabela pode-se notar um aumento substancial para todos os índices apresentados, fator que tornou a China um dos maiores parceiros comerciais do Brasil na atualidade.

O forte crescimento chinês, e também brasileiro, ambos BRICS, reflete diretamente na situação interna e externa do país, mantendo um crescimento forte do PIB no caso chinês e um nível de distribuição de renda de proporções nunca antes vistas no Brasil. Este efeito fica ainda mais visível quando observamos o PIB per capita dos dois países:

Gráfico 1 - Evolução do PIB per capita



Fonte: Elaboração Própria a partir de The World Bank (2013).

O PIB per capita é medido através da divisão do PIB pela quantidade de habitantes de um país, este é utilizado como indicador, pois quanto mais rico é um país, mais seus cidadãos serão beneficiados. Tanto China quanto Brasil obtiveram grandes avanços nesse aspecto – o Brasil aproveitando-se do cenário favorável internacional apresentado no começo da última década e a China ainda no impulso do crescimento de sua economia, que vem atingindo bons índices desde a década de 80.

A relação da economia chinesa com a brasileira vai além do comércio, conforme já citado. Com o despontar de ambos como economias promissoras estes vem ocupando cada vez mais papel de destaque no que se refere a investimentos em outros continentes (principalmente o continente Africano) e influência em órgãos internacionais. Empresas brasileiras, visando adentrar ao gigante mercado consumidor chinês começam a se transferir ao outro lado do mundo, como no caso da Embraer por exemplo. Na contramão, investimentos chineses também chegam a solo brasileiro, sendo mapeados da seguinte maneira no período que compreende os anos de 2003 a 2011:

Tabela 5 – Investimentos Chineses no Brasil por região

Investimentos Chineses no Brasil por região (2003 - 2011)		
Região	Valor (US\$)	Part. (%)
Sudeste	24.866.400.000	67,1
Sudeste/Nordeste	2.600.000.000	7,0
Sudeste/Centro-Oeste	1.726.000.000	4,7
Norte	2.283.890.192	6,2
Nordeste	2.066.766.471	5,6
Sul	195.511.429	0,5
Não especificado	3.321.241.860	9,0
Total	37.059.809.951	100,0

Fonte:Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2013).

Analisando a tabela pode-se notar que grande parte dos investimentos chineses no Brasil concentram-se na região Sudeste. Segundo dados do MDIC (2013) levando em consideração tão-somente os investimentos designados ao Sudeste, os setores de metais e petróleo, gás e carvão responderam por 94,15% do volume divulgado. Ao todo, foram 23 operações divulgadas. Levando em consideração os Estados separadamente o Rio de Janeiro obtém maior destaque.

Sobre a relação comercial entre Brasil e China pode-se dizer ainda que há concentração de poucos produtos, commodities, nas vendas partidas do Brasil para a China, destacando-se dentre outros produtos o minério de ferro e petróleo bruto. Por sua vez, a China, que optou por realizar pesados investimentos em Ciência e Tecnologia, vem na contramão e exporta para o Brasil produtos manufaturados essencialmente.

Ações conjuntas tomadas por Brasil e China tornaram-se comuns após a adesão chinesa a OMC e após a institucionalização dos BRICS. Dentre estas pode-se citar o esforço de coordenação recente entre os dois países juntamente aos 'demais membros' da sigla para definir uma ação conjunta do bloco frente a valorização mundial do dólar em junho passado. Ou também se pode apreciar a criação de um novo banco de desenvolvimento numa ação coordenada entre os bancos centrais destes países, o banco dos BRICS, com estatuto previsto para sair em 2014.

Dominic Wilson, membro da equipe de Jim O'Neill do Goldman Sachs, e um dos pesquisadores que previram o sucesso dos BRIC`s ao longo da década que

passou, afirmou que a Era dos BRIC's pode ter chegado ao fim, dado seu baixo nível de crescimento. Para este o forte crescimento do preço das commodities, aumento da influência global, inflação mais baixa, melhoria das finanças públicas e queda do rendimento dos títulos americanos, tendências que alavancaram o bloco nos últimos anos tendem a frear ou mesmo recuar nos próximos anos (InfoMoney, 2013). Resta saber se a previsão do mesmo vai se concretizar e se caso isso ocorra qual a forma de reação da economia brasileira, que hoje enfrenta forte período de crise, frente a isso e qual impacto nas relações bilaterais dentre os países.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de transformação pelo que passaram as economias brasileira e chinesa nas últimas décadas modificou o panorama econômico e financeiro desses países em relação ao restante do mundo.

O Processo de Substituição de Importações adotado como ferramenta de desenvolvimento industrial pelo Brasil e pelos demais países latino americanos não obteve o sucesso esperado pela CEPAL, o que levou com que estes adotassem uma nova estratégia no que diz respeito ao comércio e economia. Após anos de tentativas integracionistas, finalmente em meados dos anos 90 o MERCOSUL foi implementado, como esperança de ampliação da colaboração entre as economias locais, visando evolução econômica, política e comercial.

Do outro lado do mundo, a China aumentou significativamente sua participação no comércio mundial após a inflexão econômica por que passou no final dos anos 70. O processo de abertura pelo qual passou foi de vital importância para que a economia chinesa se tornasse um “agente chave” no processo de desenvolvimento global. Especificamente no período que sobrepõe o ano de 2001, data de adesão desse país a OMC, China e Brasil aumentaram significativamente a colaboração entre si, seja no que diz respeito ao comércio, investimentos ou geopolítica por intermédio dos BRIC's.

A China se tornou em pouco tempo, cerca de uma década, o maior parceiro comercial do Brasil (e de muitos outros países de fora geral) ocupando o posto antes ocupado pelos Estados Unidos. No que diz respeito aos investimentos a China

também apresentou substancial crescimento, aumentando consideravelmente aplicações em território brasileiro, bem como, pelo lado contrário algumas empresas brasileiras buscaram ampliação de seus horizontes se instalando em território chinês.

A relação entre os países é intensificada pela participação de ambos na sigla dos BRIC's, o que os leva a buscar frequentemente planos de cooperação para que ocorra desenvolvimento de forma cooperada entre eles. Recentemente o mesmo *Goldman Sachs* que anteriormente preveria o sucesso dos membros da sigla, em novo relatório expôs um estudo que apontava para o possível fim do sucesso dos membros do agrupamento. Enquanto o cenário não se delineia, o que se pode afirmar é que os países da sigla, tais como Brasil e China manterão sua tendência de cooperação, crescimento e “refrigeração” das cadeiras das reuniões globais.

E especificamente, no caso de Brasil e China a expectativa é de que aumentem os investimentos em cooperação entre os países e que o comércio continue a apresentar cenário ascendente, dada recuperação gradual por que passa o restante da economia global frente a alastrada crise de 2008.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo (2000). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL Vol. I**. Rio de Janeiro: Record.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (2000). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL Vol. II**. Rio de Janeiro: Record.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal?** Pesquisa e Planejamento Econômico - Abril de 1991. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-AcriseAmericaLatina.pdf>>, acessado em: Outubro de 2008.

FAJNZYLBER (1990). **Industrialización en América Latina: de la ‘caja negra’ al ‘casillero vacío’: comparación de patrones contemporáneos de industrialización, Cuadernos de la cepal**. Nº 60 (LC/G.1534/Rev.1-P), Santiago do Chile. Publicação das Nações Unidas.

GURRIERI, A. (Selecionador). **La Obra de Prebisch en la CEPAL**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

InfoMoney. **Década dos mercados emergentes acabou, diz economista que previu alta dos BRICs – InfoMoney**. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/mercados/noticia/2832241/decada-dos-mercados-emergentes-acabou-diz-economista-que-previu-alta>>

MILANI, A.M., PINTO, E.C., BALANCO, P. **Crise e globalização no capitalismo contemporâneo: alguns aspectos do debate em torno dos conceitos de Estado-nação, Império e Imperialismo**. Disponível em: <<http://www.nec.ufba.br>>

MORAES, R.C.C. **Celso Furtado: O Subdesenvolvimento e as idéias da CEPAL**. São Paulo: Ática, 1995. 119 p. (Fundamentos; 120).

OCAMPO, J.A. **Mas allá del consenso de Washington: una visión desde la CEPAL**. Revista de la CEPAL, n. 66. Santiago de Chile: CEPAL, dez 1998.

PREBISCH, Raul. **Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968. 206 p. (Perspectivas do nosso tempo).

TAVARES, M.C. **Da Substituição de importações ao Capitalismo Financeiro - Ensaio sobre a Economia Brasileira**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

The World Bank. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil>>.

International Monetary Fund. Disponível em <<http://www.imf.org/external/index.htm>>

OCDE. Disponível em: <<http://www.oecd.org/fr/>>.